

# Dívida Externa O Plano Brady e o exemplo argentino

O secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, está pressionando os bancos do seu país que até agora não se definiram em favor do México segundo o esquema aprovado, às instâncias de Washington, pelo comitê de assessoramento dos estabelecimentos credores. Existe, na realidade, forte oposição nos círculos bancários ao Plano Brady e, curiosamente, com as bênçãos do FMI, o presidente argentino Carlos Menem acaba de mostrar que talvez exista outra solução para a crise da dívida externa.

Pouco se falou do Plano Brady na reunião anual do FMI e do Bird realizada em Washington e quando nosso enviado especial perguntou ao presidente do Comitê Interino do FMI as razões dessa relativa omissão, foi-lhe respondido que era ainda muito cedo para que se pudesse fazer uma avaliação do projeto. Na realidade, os bancos credores consideram que o Plano Brady já se extinguiu, por apoiar-se num sistema que lhes é inaceitável.

Como se recorda, o acordo imposto por Washington no caso do México está oferecendo três opções aos bancos credores: redução do estoque da dívida em 35%, re-

dução dos juros ou fornecimento de novos recursos. Resultou que poucos bancos já se definiram, o que põe em situação desconfortável os organismos internacionais que ofereceram recursos para reduzir a dívida sem qualquer contrapartida por parte dos bancos.

"New money e redução da dívida são inconciliáveis", declarava recentemente a um jornalista francês da *Tribune de l'Economie* um banqueiro que não escondia que o esquema mexicano, na realidade, nada estava resolvendo. Efetivamente, a crise da dívida, após tantas tentativas, ainda não encontrou uma solução. Foi justamente no momento em que se realizava a reunião anual dos organismos criados em Bretton Woods que a Argentina assinou um acordo com o FMI sem levantar a questão da solução da dívida. O presidente do Banco Central de Buenos Aires permitiu-se declarar, diante dos banqueiros estrangeiros, que seu país não tinha pressa em resolver o problema.

Por sua vez, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, na conferência de imprensa que encerrou a reunião anual, foi bem claro ao comentar sua entrevista com o presidente da Argentina:

"Merece destaque o fato de que pela primeira vez um país está nos propondo um plano que coloca as prioridades numa boa ordem: atacam-se em primeiro lugar os desequilíbrios fundamentais da economia, e tratando-se somente depois da dívida externa. Normalmente ocorre o contrário: os países estão nos pedindo recursos antes de iniciar reformas". Trata-se de um aviso interessante para o Brasil e seu futuro governo.

Realmente, o programa econômico da Argentina pode ser considerado modelar levando-se em conta sua amplitude ao dar prioridade ao equilíbrio do orçamento, incluir medidas para privatização de empresas, que aqui estamos ainda considerando como naturalmente públicas, e prever uma política de rendimentos em harmonia com a austeridade orçamentária, abrindo ainda as portas ao capital estrangeiro.

Os comentários do diretor-gerente do FMI são particularmente interessantes, por darem a impressão de que o problema da dívida externa está longe de ocupar o primeiro lugar, devendo encontrar uma solução natural ao longo dos anos. Existe entre os economistas do FMI a convicção de

que os bancos estão recorrendo a lamúrias para tentar obter o máximo de intervenção do Banco Mundial e do FMI. Todavia, se estes organismos decidirem dar mais do que prometeram, os bancos, que estão amealhando provisões, mostrar-se-ão dispostos, desde que o país devedor mostre seriedade, a oferecer condições favoráveis à liquidação da dívida, e até a fornecer, conforme o fizeram em relação ao Chile, novos créditos que, desta vez, não servirão apenas para pagar os juros devidos.

O Brasil não pode ficar indiferente a esta evolução dos espíritos na comunidade financeira internacional. Se continuarmos a afirmar que não podemos pensar em um plano de ajuste econômico antes de resolvido o problema da dívida externa, permaneceremos no marasmo atual. Cumpre-nos esperar que o "efeito Orloff" venha realmente a fazer-se sentir no que respeita ao novo governo brasileiro, e que se adote uma política de ajuste — certamente mais fácil do que no caso da Argentina — logo nos primeiros dias posteriores à posse do futuro presidente, que esperamos ocorra antes de 15 de março.

ESTADO DE SÃO PAULO